

O GOLPE MILITAR NO MIANMAR¹

Alcides Augusto de Lira Neto
Alice Pimentel de Oliveira Lyra
Beatriz Carminatt Barboza

Introdução

“Peço às pessoas que não aceitem isso, respondam e protestem de todo o coração contra o golpe dos militares”. Aung San Suu Kyi, vencedora do Nobel da Paz em 1991 e presidente de Mianmar, fez este discurso referente à tomada de poder que ocorreu em seu país no dia 1 de fevereiro de 2021. Até o momento que este texto vem sendo escrito, mais de 500 pessoas foram vítimas da repressão militar aos protestos que vêm ocorrendo, de acordo com a Associação de Assistência para Prisioneiros Políticos (AAPP). Ainda com base na ONG birmanesa, o número real de civis mortos pode ser muito maior, dada a incerteza e turbulência que prevalece no país, com mais de 2500 pessoas detidas.

“Nas ruas da capital, as pessoas sentem que a árdua luta pela democracia foi perdida”, destaca o jornal BBC¹. Em uma sociedade global, na qual a democracia representativa está cada vez mais consolidada, são esses relatos de sofrimento e números impressionantes que corroboram para o sentimento de temor e insegurança das pessoas, ao ouvirem sobre a ação de um golpe de Estado, com o choque, o espanto e a repulsa àqueles que cometem tal ato. Mas afinal, o que é um golpe de Estado? Como ele se caracteriza?

O golpe de Estado nada mais é que a ruptura institucional do poder que estava estabelecido. De acordo com Ferreira e Numeriano (1993, p. 9, apud SILVA, p. 3), o golpe de Estado é “um fenômeno político de caráter excepcional, radical, e, na maioria das vezes, violento”. Este fenômeno consiste na derrubada ilegal de um governo, com a ascensão de um grupo no controle político do Estado ou a manutenção do mesmo governo para além do período determinado, denominado auto-golpe. Em dedemocracias, esta ruptura institucional se dá no desrespeito aos processos democráticos, como as eleições, por exemplo. Embora, como descrito acima, seja associado ao uso da força, a tomada de poder pode se dar de maneira pacífica, com a remoção do governo vigente via outros poderes, por exemplo, de forma jurídico-parlamentar. Além disso, o golpe de Estado também pode possuir apoio popular, dado o descontentamento da população com o governo e/ou sistema atual, sendo, portanto, um movimento legítimo, porém ilegal. No caso de Mianmar, evidencia-se um golpe de Estado ilegítimo e de caráter militar com a ameaça do uso da força e a repressão aos manifestantes, resultantes no número de mortos citados no início do texto, causando também uma desestabilização política, social e econômica no país, e estabelecendo a crença da fraca democracia que existe no país.

1. Generalidades

Para melhor analisar a conjuntura do golpe atual, é preciso primeiramente entender as principais características de Mianmar que o circundam. Este país de cerca

¹ Texto produzido pelos estagiários do Núcleo de Estudos e de Atuação em Relações Internacionais (NEARI) da Faculdade Damas.

de 56 milhões de habitantes, que até 1989 era chamado de Birmânia - nome de uma etnia - fica localizado no sudeste da Ásia, fazendo fronteira com a China, Laos, Tailândia, Índia e Bangladesh. A mudança de nome ocorreu por conta do regime militar que governava na época, visando agradar outros povos e é esse aspecto que resume a principal característica social de Mianmar, um país multiétnico. O território birmanês abriga uma grande diversidade de etnias, seja o maior e mais histórico grupo como os birmaneses, sejam as minorias localizadas nos arredores do país, como os *karens*, *os shans*, *mons*, *palaungs*, *was*, *kachins* e, também, os *rohingyas*.

Embora o país não possua uma religião oficial, cerca de 90% de sua população é adepta ao budismo. Entre as minorias religiosas encontram-se grupos de cristãos protestantes, praticantes de religiões locais e muçulmanos. Não obstante sejam estes o menor dos grupos, em seu entorno gira uma das grandes polêmicas religiosas do Mianmar. A população Rohingya, concentrada no estado de Rakhine e descendente de árabes, é há muitos anos alvo de forte e violenta perseguição do governo – tanto em período militar quanto democrático – e de grupos islamofóbicos, tendo sido descrita pelo Secretário Geral da ONU como possivelmente o povo mais discriminado do mundo.

Uma vez que a etnia é um dos critérios para concessão de cidadania no país, sendo consideradas cidadãs apenas aquelas que ocupavam o território antes de 1823, os Rohingya são um povo apátrida, considerados imigrantes ilegais, e vivem desamparados pela Constituição em termos de proteção contra discriminação, liberdades individuais, e direitos políticos.

Décadas de ataques violentos, destruição de centenas de vilas e abusos físicos e sexuais à população Rohingya resultaram na morte de mais de 6 mil pessoas e na fuga em massa para países vizinhos, tendo Bangladesh recebido mais 700 mil refugiados apenas no ano de 2017, após um episódio de repressão policial. Diante de tal cenário, em 2019 o Mianmar foi denunciado perante a Corte Internacional de Justiça por violação à Convenção da ONU sobre Genocídio. Paralelamente, o Tribunal Penal Internacional está investigando o país por crimes contra a humanidade. Representando o Mianmar à época, Aung Suu Kyi negou as acusações de limpeza étnica por parte do governo, sendo em seguida criticada por se recusar a condenar os militares e a reconhecer as barbaridades praticadas.

2. Contexto político do Mianmar

A luta do povo do Mianmar pela liberdade é uma constante na história. Em 1886, após décadas de conflitos com a Grã-Bretanha, o país foi anexado ao Império Britânico como parte da colônia indiana. Já durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, o Japão invadiu o território, apoiado pelo exército independentista birmanês, porém a reconquista britânica se deu apenas três anos depois. Em 1948, após a derrubada e assassinato de membros do governo por agentes da oposição, o Mianmar se tornou um país independente, na forma de uma democracia parlamentar.

No entanto, o regime democrático foi breve. Em 1962, inconformada com a postura do governo de defesa do budismo como religião oficial e tolerância com o separatismo, uma junta militar liderada pelo general Ne Win realizou um golpe de Estado, instaurando uma ditadura que durou 49 anos, encerrando-se apenas em 2011. O regime se caracterizou por políticas isolacionistas, fundadas em uma agenda de caráter socialista, com a nacionalização da economia, a instituição de um único partido político e a vedação de jornais independentes.

Diante de diversas crises econômicas, de corrupção e de abastecimento ao longo dos anos, a população birmanesa se insurgiu contra o governo, inclusive de forma organizada, com a criação da Liga Nacional pela Democracia, ao que o regime militar respondia com forte e violenta repressão, contabilizando-se, apenas em 1988, a morte de mais de 3 mil civis que protestavam contra o governo e, nos anos seguintes, a prisão de centenas de membros da oposição.

No final de 2010 o governo anunciou a realização de eleições, das quais saiu vitorioso o partido militar, gerando descrédito e alegações de fraude no processo eleitoral. No entanto, a junta se dissolveu, afirmando ser o início de uma transição para um governo civil: foi estabelecido um presidente do partido eleito, alguns presos políticos foram libertos e sindicatos foram legalizados.

3. O golpe militar de 2021

Em 08 de novembro de 2020, as eleições parlamentares no Mianmar resultaram na esmagadora vitória (83% das cadeiras) da Liga Nacional pela Democracia, partido liderado por Aung San Suu Kyi – grande personalidade da resistência pacífica desde a década de 1980 e reconhecida como a líder de fato do país desde 2015, quando o partido venceu as eleições pela primeira vez sob sua liderança.

Inconformados com a derrota do partido apoiado pelo Exército, o União, Solidariedade e Desenvolvimento, os militares alegaram fraude na eleição e demandaram a recontagem dos votos, inclusive perante a Suprema Corte do país. Sem sucesso, pois a comissão eleitoral não identificou provas o suficiente de fraude, na manhã de 01 de fevereiro de 2021, data em que o Parlamento se reuniria para consolidar o resultado das eleições, cercaram as casas do Parlamento e capturaram diversos líderes do partido, entre os quais Suu Kyi e o presidente, além de ativistas e outros membros da oposição.

O golpe foi anunciado na televisão, pela emissora pertencente aos militares, através da divulgação de que o poder havia sido transferido para o general Min Aung Hlaing. A legitimidade do novo governo foi defendida por seus líderes com base na Constituição do Mianmar, a qual, vale destacar, data de 2008, tendo sido mantida pelo governo democrático a Carta do regime militar anterior. Segundo o documento, os militares detêm, de forma automática, 25% das cadeiras do Parlamento, além do controle sobre três ministérios fundamentais: o de Assuntos Internos, o da Defesa e o de Assuntos de Fronteiras. Ademais, é permitido à categoria assumir o poder em quaisquer situações que possam causar perda de soberania e desintegração da União e da solidariedade nacional. Com isso, o novo presidente pôde decretar estado de emergência no país, fundamentado nas alegadas fraudes cometidas nas eleições gerais, pela duração de um ano, período no qual os militares manteriam o poder e, ao seu fim, realizariam novas eleições.

Desde a realização do golpe, a Conselheira de Estado Suu Kyi está sendo mantida em local desconhecido e acusada de uma série de crimes, entre os quais importação ilegal de equipamentos de comunicação (walkie-talkies), violação de segredos oficiais do país, e descumprimento das medidas preventivas da pandemia do coronavírus. O julgamento, iniciado em 16 de fevereiro e com duração prevista para até um ano, está ocorrendo em uma Corte oculta e, em princípio, foi negado o direito à representação legal para a acusada. Em 31 de março, Suu Kyi pôde se reunir (virtualmente) pela primeira vez desde sua prisão com um membro de sua defesa.

4. Medidas tomadas pelo novo regime doméstica e internacionalmente

Com relação às medidas tomadas pelo novo regime após a tomada de poder, como já dito anteriormente, foi decretado pelos militares o estado de emergência que duraria um ano. Porém, no dia 17 de fevereiro de 2021, aconteceu uma primeira entrevista coletiva desde o ocorrido, na qual o porta-voz do conselho governante, brigadeiro-general Zaw Min Tun, afirmou que será realizada uma nova eleição e dessa forma os militares entregarão o poder em breve para o partido vencedor dessa eleição, porém ainda sem data marcada. Além do decreto de estado de emergência, após o golpe, a junta militar de Mianmar fez mudanças na Comissão Eleitoral da União, órgão que supervisiona as eleições e realizou uma troca de ministros em massa. Junto a essas medidas, os militares impuseram toque de recolher nas duas maiores cidades do país, Yangon e Mandalai; fecharam o principal aeroporto internacional, o de Yangon, até maio, cancelando voos; suspenderam os canais de televisão, o acesso à internet e a telefones em todo país para reprimir a dissidência de uma mensagem de Suu Kyi na qual dizia que a população não aceitasse o golpe de Estado; entre outras determinações.

Já no âmbito internacional, diante do golpe militar no país, a ONU tomou a medida de enviar Christine Burgener, diplomata suíça, à Mianmar, porém ela está proibida de entrar no território birmanês. Numa comunicação por vídeo endereçada à sessão especial sobre aquele país, Burgener diz aos 93 membros da Assembleia Geral da ONU:

Condeno veementemente as recentes medidas tomadas pelos militares e peço a todos para enviarem coletivamente um sinal claro em favor da democracia em Mianmar. As ações do exército não são justificáveis e devemos continuar a pedir a reversão desta situação inadmissível, esgotando todos os canais coletivos e bilaterais para devolver Mianmar ao caminho da reforma democrática. Infelizmente, até agora, o regime atual pediu-me para adiar qualquer visita. Parece que querem continuar fazendo detenções em grande escala. É cruel e desumano. (...) Se houver uma escalada em termos de brutalidade militar – e infelizmente já vimos isso em Mianmar – contra pessoas que exercem os seus direitos fundamentais, vamos agir rápida e coletivamente. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2021).

Dessa forma, a comunidade internacional tem anunciado sanções contra os líderes do golpe militar, incluindo o general Min Aung Hlaing, presidente do Conselho Administrativo de Estado e autoridade máxima em Mianmar.

5. A reação popular, a repressão militar e o posicionamento da Igreja Católica diante dos ocorridos

A população não aceitou de forma alguma o golpe militar, o povo foi às ruas nas grandes capitais do Mianmar para protestar contra o ocorrido, o governo militar usou a polícia para reprimir os manifestantes e decretou a proibição de manifestações no país. O que não adiantou muito, pois as manifestações continuaram ocorrendo, sendo a maioria delas pacífica, os manifestantes costumam carregar cartazes com mensagens incentivando atos de desobediência civil. Mesmo a maioria delas sendo pacíficas, os militares intensificaram o uso da força para conter os manifestantes e mais de 500 pessoas já foram mortas na repressão aos protestos desde o golpe em fevereiro.

Os representantes da Igreja Católica, por sua vez, se posicionam entre as duas partes e tentam cessar essa violência em meio às manifestações, apesar do cardeal Charles Maung Bo, segundo o jornal Sete Margens, ter condenado as medidas da junta militar, dizendo que tal conduta “chocou o mundo e o povo do Mianmar”. A exemplo

do que já havia ocorrido em pelo menos duas oportunidades religiosas, para evitar a violência, o padre Celso Ba Shwe e um pastor protestante imploraram aos agentes para deter o avanço e não atirarem contra os manifestantes. As freiras saíram às ruas para tentar acalmar os ânimos e persuadir a polícia a não usar a violência contra os jovens desarmados. Apesar de toda essa violência contínua, fiéis católicos e pessoas de diferentes religiões se reuniram em silêncio em frente à Catedral Católica de São Columbano, em Myitkyina, para rezar por dois jovens, que foram mortos durante as manifestações, e suas famílias. Os cristãos de Mianmar estavam, em meio a essa tensão e instabilidade, vivendo a Quaresma com fé e com uma oração que se torna ação de caridade.

6. A reação da comunidade internacional

Considerando o contexto globalizado da comunidade internacional, o acontecimento de um fenômeno político chama a atenção de muitos países e especialmente dos principais atores políticos; de modo que, evidentemente, o golpe de Estado de caráter militar ocorrido em Mianmar teve repercussão de proporções globais.

Os Estados Unidos, na figura de seu Secretário de Estado Antony Blinken, criticaram imediatamente a tomada de poder pelos militares, destacando estarem “ao lado do povo de Mianmar em suas aspirações por democracia, liberdade, paz e desenvolvimento”, o secretário também comunicou estar “horrorizado com as mortes” e acusou os militares de Mianmar de “sacrificar a vida do povo para servir a poucos”. O presidente Joe Biden suspendeu o acordo comercial com o país e ordenou a revisão da suspensão das sanções impostas até 2011, classificando as ações do Exército birmanês de um ataque direto à transição democrática e ao Estado de Direito.

Na esfera supranacional, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, “condenou firmemente” a detenção de Aung San Suu Kyi, e que esses acontecimentos “representam um golpe sério nas reformas democráticas do país”. A União Europeia e o Japão também se opuseram ao golpe de Estado, apoiando o processo democrático e exigindo que os militares libertem os detidos e respeitem os resultados das eleições.

Do outro lado da balança, países vizinhos como China e Tailândia não produziram muitos comentários com relação ao que vem ocorrendo em Mianmar. A Tailândia se recusou a comentar o que classificou de assuntos internos do país, enquanto a China se limitou a pedir às partes envolvidas que “solucionem suas diferenças” e que possam salvaguardar a “estabilidade política e social”.

O aspecto econômico e estratégico de Mianmar é determinante no posicionamento da China, cujo interesse nos grandes oleodutos e gasodutos perpassam pela influência no país, sendo válido lembrar o apoio chinês à ditadura militar e também à ascensão democrática em 2011. Por fim, embora as condenações ao golpe venham de inúmeros países, não há, no momento, medidas mais efetivas a serem tomadas, considerando que a China e a Rússia - outro país a se ausentar nas críticas a tomada de poder - têm usado o poder de veto para impedir o Conselho de Segurança da ONU de tomar ações mais severas contra Mianmar.

Considerações Finais

Toda essa conjuntura atual no Mianmar faz surgir um questionamento: o quão consolidada realmente está a democracia representativa, especialmente levando em conta as disparidades econômicas e de poder entre os países do globo?

O Mianmar é um pequeno Estado, localizado no sudeste asiático, que não consta entre os protagonistas da política e da economia mundial. É formado por um povo extremamente diverso étnica e religiosamente, luta com veemência pela liberdade desde o século passado, consagrou um regime democrático após 50 anos de ditadura militar, possui fortes representantes da paz e da democracia, porém veio a novamente ser arrebatado pelo regime repressivo.

O ideal democrático, ao que parece, não é tão simples nem está tão bem estabelecido como se tende a imaginar. Embora seja disseminado universalmente, ele é aplicado especialmente nos países desenvolvidos, países com anos de história da democracia. Nos Estados emergentes e subdesenvolvidos - não obstante suas peculiaridades do aspecto social e político - com um histórico recente de processo democrático, essa forma de governo é frágil, suas instituições são insuficientes para o controle de qualquer retrocesso, se tornando um alvo fácil de instabilidade e de inúmeras crises políticas e econômicas, resultando, em alguns casos, na tomada ilegal de poder por outros grupos.

Embora a situação do Mianmar ainda não esteja concluída, com o futuro do país incerto, tendo em vista a vigência de um estado de emergência, é de extrema importância a continuidade da participação política popular, a exemplo do que vem sendo feito pelo povo birmanês, no sentido de buscar a recuperação e, eventualmente, o fortalecimento de sua democracia, pressionando, protestando e fiscalizando suas autoridades.

Referências

AFP. **Exército dá golpe de estado em Myanmar e prende Aung San Suu Kyi**. Dom Total. 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://domtotal.com/noticia/1496988/2021/02/exercito-da-golpe-de-estado-em-myanmar-e-prende-aung-san-suu-kyi-127474-127474-/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

AGÊNCIA FIDES. **Religiosos vão às ruas e evitam violência em Myanmar**. Vatican News. 10 de mar. 2021. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-03/mian-mar-mediacao-padre-pastor-evita-violencia.html>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BARCELLOS, Renato. Entenda a crise provocada pelo golpe militar em Mianmar. 08 abr. 2021. CNN BRASIL. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/04/08/entenda-a-crise-provocada-pelo-golpe-militar-em-myanmar>>. Acesso em: 09 abr. 2021

BBC NEWS. **Aung San Suu Kyi: Myanmar democracy icon who fell from grace**. 05 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11685977>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

___ **Myanmar coup: Aung San Suu Kyi detained as military seizes control.** 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-55882489>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

_. **Myanmar profile – timeline.** 03 set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-12992883>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_. **Myanmar Rohingya: What you need to know about the crisis.** 23 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-41566561>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BBC NEWS Brasil. **Forças de segurança matam mais de 100 manifestantes contrários ao golpe militar em Mianmar.** 27 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56550050#:~:text=As%20for%C3%A7as%20de%20seguran%C3%A7a%20de,o%20Dia%20das%20For%C3%A7as%20Armadas>>. Acesso em: 08 abr. 2021

BRITANNICA. **Myanmar.** Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Myanmar/Languages>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

COSTA, Vitor da. **Um mês após golpe, ruas de Mianmar mostram rejeição à junta, que aumenta repressão.** O Globo. 01 mar. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/um-mes-apos-golpe-ruas-de-mianmar-mostram-rejeicao-junta-que-aumenta-repressao-24901403>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Após golpe militar, EUA ameaçam impor sanções a Mianmar.** 02 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ap%C3%B3s-golpe-militar-eua-amea%C3%A7am-impor-san%C3%A7%C3%B5es-a-mianmar/a-56413538>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

___ **Mais de 500 civis foram mortos em Mianmar após golpe militar.** 30 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/mais-de-500-civis-foram-mortos-em-mianmar-ap%C3%B3s-golpe-militar/a-57051709>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

_. **Militares tomam o poder em Mianmar.** 01 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/militares-tomam-o-poder-em-mianmar/a-56403673>>. Acesso em: 08 abr. 2021

DIAZ, Lucas. **Mianmar: entenda o golpe de Estado e a história do país.** Guia do Estudante. 08 mar. 2021. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/entenda-o-que-esta-acontecendo-no-myanmar/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DN, Lusa. **Enviada da ONU a Myanmar pede ação internacional para restabelecer democracia.** Diário de Notícias. 26 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.dn.pt/internacional/enviada-da-onu-a-myanmar-pede-acao-internacional-para-restabelecer-democracia-13396936.html>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

DRURY, Flora. Myanmar's coup: Why now - and what's next?. 01 fev. 2021. **BBC News**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-55882938>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Militares proibem protestos e impõem toque de recolher em Mianmar**. Exame. 09 fev. 2021. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/militares-proibem-protestos-e-impoem-toque-de-recolher-em-mianmar/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

GOLDMAN, Russell. Myanmar's Unrest, Explained. 04 abr. 2021. **The New York Times**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/myanmar-news-protests-coup.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MAIZLAND, Lindsay. **Myanmar's Troubled History: Coups, Military Rule, and Ethnic Conflict**. 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/myanmar-history-coup-military-rule-ethnic-conflict-rohingya>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MIANMAR: entenda o golpe no país. **G1 Globo**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/stories/2021/03/30/mianmar-entenda-o-golpe-no-pais.ghtml>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

NOBEL da Paz pede que cidadãos de Mianmar não aceitem golpe militar, **G1 Globo**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/01/nobel-da-paz-pede-que-cidadaos-de-mianmar-nao-aceitem-golpe-militar.ghtml>>. Acesso em: 08 de abr. de 2021.

NIKKEI ASIA. **Myanmar coup: Week from March 18 to March 31, Suu Kyi appoints six lawyers**. 18 mar. 2021. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Myanmar-Coup/Myanmar-coup-Week-from-March-18-to-March-31-Suu-Kyi-appoints-six-lawyers>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RODRIGUES, Fernando. **Após golpe em Mianmar, militares proibem voos internacionais até maio**. Poder 360. 02 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/apos-golpe-em-mianmar-militares-proibem-voos-internacionais-ate-maio/>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SILVA, Daniel Neves. **Golpe Militar em Mianmar**. Brasil Escola. 12 fev. 2021. Disponível em: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/atualidades/golpe-militar-em-mianmar.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, Michel Goulart da. (2020). **GOLPE DE ESTADO: HISTÓRIA E USOS DE UM CONCEITO**. Boletim de conjuntura (BOCA), 4(12)

SETE MARGENS. **Protestos populares em Myanmar com apoio prudente da Igreja Católica**. 05 fev. 2021. Disponível em: <<https://setemargens.com/protestos-populares->

em-
myanmar-com-apoio-prudente-da-igreja-catolica/>. Acesso em: 05 abr. 2021.